



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 006/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**, CNPJ: 04.530.713/0001-18, situada a Rua Augusto Luzeiro, 65 – Centro – CEP nº 69.650 – 000, Atalaia do Norte/AM, através da **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – CML** realizará **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, por **EMPREITADA GLOBAL**, com regime de execução empreitada por preço global e **MODO DE DISPUTA ABERTO**. O presente certame decorre do Processo Administrativo nº 2304/2026, iniciado no exercício de 2026, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto nº 10.818, de 2021; Orientação Normativa AGU nº 54/2014; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971; Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012; Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009; IN SEGES/ME nº 73/2022; IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Decreto Municipal nº 007/GP/2024 de 20 de fevereiro de 2024, do Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024, do Decreto Municipal nº 012/GP/2024 de 05 de março de 2024 e demais legislação aplicável.

**Data da sessão pública:** 18/06/2026 às 09h00min – Horário local.

**Critério de julgamento:** Menor Preço Global.

**Regime de Execução:** Empreitada por preço global.

**Modo de disputa:** ABERTO

**Preferência ME/EPP/Equiparadas:** SIM

**Local:** Sala do Empreendedor, Centro Multiuso José Patxa Mayuruna, Avenida Pedro Teixeira, em Frente a praça da Mangueira, próximo ao Banco Bradesco, Centro, CEP nº 69.650-000, Atalaia do Norte/AM.

**A SESSÃO SERÁ GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO E ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

**Observando o disposto na Lei nº 13.709/2018 - LGPD**

**Obtenção do edital:** Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, na forma eletrônica, por meio digital através de download (via internet), no link de acesso <https://atalaiadonorte.am.gov.br>, além da disponibilidade no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**Na hipótese de não haver expediente na data acima, bem como, for declarado feriado ou fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente, transferido para o primeiro dia útil subsequente àquele, independentemente de aviso ou notificação aos interessados.**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UBS PORTE I, NA COMUNIDADE DE ESTIRÃO DO EQUADOR ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, PROPOSTA Nº 97531.0810001/25-001 MINISTÉRIO DA SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, executada pelo regime de empreitada por preço unitário, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



1.3. Esta licitação não será exclusiva para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e será regida pela Lei n. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2009 e suas alterações posteriores e Lei Federal nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 e alterações.

## **2. DO VALOR E DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

2.1. O valor máximo orçado pela Administração é de R\$ 1.999.000,00 (Um milhão, novecentos e noventa e nove mil reais) para a prestação dos serviços foi obtido por meio do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, tabelas oficiais de órgãos públicos e empresas ou de entidades acreditadas pelo meio da construção civil nacional.

2.3. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação consignada na seguinte dotação orçamentária:

- ✓ **Unidade:** 02.02.07 – Secretaria Municipal de Saúde
- ✓ **Classificação Funcional:** 10.302.0052.10170000 – Construção, Ampl. e/ou Rest. e Aquisição de Equipamentos
- ✓ **Natureza de Despesa:** 4.4.90.51-00 – Obras e Instalações;
- ✓ **Fonte Pagadora:** 701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados;
- ✓ **Fonte Pagadora:** 500-Recursos Próprios;

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais, ainda que por terceiros.

3.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. Não poderão disputar esta licitação:

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.3.3. sociedades cooperativas;

3.3.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



3.3.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.

3.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



3.12. A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto desta licitação, conforme as condições fixadas contratualmente.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

4.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e suas alterações, é necessária a manifestação do licitante de cumprir plenamente os requisitos de microempresa e de pequena empresa estipulados no art. 3º do referido diploma legal, por meio de Declaração, em observância aos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores. Esta declaração deverá ser apresentada junto com o credenciamento.

4.2. Para que a empresa possa usufruir os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, deverá se manter na condição declarada em 5.1, até a homologação do certame.

4.3. O tratamento favorecido conforme Lei Complementar nº 123/2009 e alterações e o Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024, terá prioridade para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido na seguinte ordem:

I - Para as empresas sediadas no município de Atalaia do Norte/AM, conforme Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024;

II - Para as sediadas nos municípios do Estado inseridos no Art. 2º do Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024 (municípios constituintes da mesorregião e/ou microrregião geográfica a que pertence o próprio município, definida pelo IBGE)

III - Para as sediadas em qualquer município do Estado do Amazonas, não incluídos no Art. 2º do Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024, desde que se demonstre a eficiência, economicidade e vantajosidade para a Administração.

#### **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão apresentar, em separado dos envelopes, as seguintes exigências para:

5.1.1. O credenciamento de representante legal dar-se-á com a entrega no início da sessão dos documentos abaixo informados, em separado dos envelopes de documentação e Proposta de Preços:

5.1.1. **Termo de credenciamento (quando se tratar de representante designado)**, conforme modelo do ANEXO IV ou instrumento de procuração, sendo em ambos os casos com a firma devidamente reconhecida em cartório competente, exceto procuração por instrumento público.

5.1.2. **Contrato social ou estatuto social vigente da empresa**, devidamente autenticados. No contrato deve figurar a identificação do sócio administrador (ou diretor) ou a cláusula de administração. O estatuto social deve vir acompanhado da ata de eleição do administrador.

5.1.3. **Documento de identificação pessoal do credenciado (outorgado) e do representante legal da empresa (outorgante)**, ambos devidamente autenticados em cartório ou pelo (a) presidente da CML.

5.1.4. **Da Declaração, obrigatória somente para a microempresa ou empresa de pequeno porte**, de que, sob as penas da lei, cumpre todos os requisitos da Lei Complementar n. 123/2006, inclusive quanto à qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento diferenciado, e, que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no §4º do artigo 3º do mesmo





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



dispositivo (ANEXO VI – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte).

5.1.5. **No caso de representação por sócio administrador ou diretor**, tal condição deverá ser demonstrada mediante a apresentação de documento de identificação, devidamente autenticado, acompanhado do respectivo contrato ou estatuto social vigente nos mesmos termos da alínea anterior, sendo desnecessário, neste caso, o termo de credenciamento.

5.1.6. **No caso de representação por sócio que não possua poderes de administração**, o mesmo deverá fazer-se representar por instrumento procuratório ou termo de credenciamento, com firma devidamente reconhecida, contendo o documento de identificação do sócio administrador da pessoa jurídica.

5.2. A falsidade de Declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3. Cada licitante credenciará apenas um representante legal que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, em nome da representada.

5.4. Todos os documentos apresentados no credenciamento, com exceção das declarações, deverão ser apresentados através de cópias legíveis devidamente autenticadas por servidor da Comissão de Licitação ou por cartório competente.

5.5. Cada licitante credenciará apenas um representante legal que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

5.6. Não será permitida a inserção de documentos no credenciamento.

5.7. **Todos os documentos apresentados no credenciamento, com exceção das declarações, deverão ser apresentados através de cópias legíveis, devidamente autenticados por órgão competente ou por agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal sob pena de descredenciamento.**

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI. **É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou mesmo assinatura GOV.**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



6.2. Os licitantes, na data, no horário e no local indicado no preâmbulo deste edital, deverão apresentar após o credenciamento, **02 (dois) envelopes distintos**, não transparentes, lacrados e separados, identificados como “PROPOSTA DE PREÇOS” e o outro identificado como “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, conforme abaixo:

ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA Nº XXX/2026 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) CNPJ XXXXXXXX

ENVELOPE N. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº XXX/2026 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) CNPJ XXXXXXXX

6.3. Após o Agente de Contratação declarar encerrado o prazo para a entrega dos envelopes, não serão permitidos quaisquer acréscimos à documentação de Habilitação e às Propostas, nem a participação de nenhum retardatário.

6.4. A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da proposta comercial no envelope dos documentos de habilitação e vice-versa, **acarretará exclusão sumária da licitante do certame.**

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. A proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, devidamente identificado, redigida em Língua Portuguesa, impressa ou datilografada e apresentada em papel timbrado da empresa, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar, de preferência, numeradas.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2. Serão consideradas **obrigatoriedade** para o preenchimento da proposta:

7.2.1. Preço unitário e total do item, expresso em algarismos e por extenso, bem como o valor global da proposta;

7.2.2. Especificações detalhadas do objeto ofertado, conforme as exigências editalícias e seus anexos;

7.2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e devem ser elaboradas em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus anexos e os fatores a seguir:

a) Preços unitários, preço total dos itens, expressos em moeda nacional com apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula, e conter todos os elementos essenciais conforme Projeto Básico e demais documentos técnicos pertinentes, em anexo ao instrumento convocatório.

b) Planilhas elaboradas com fonte tamanho 10, conforme recomendações da ABNT NBR 14724.

b) 1. Além da proposta de preços, o licitante deverá disponibilizar mídia em formato Excel, via pendrive, dentro do próprio envelope, para efeitos de comprovação da referida exigência, sob pena de desclassificação.

c) Composição dos custos unitários (planilha analítica) dos serviços constantes da planilha de preços.

d) Composição do BDI (Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto).

e) Composição dos Encargos Sociais.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



f) Cronograma Físico-financeiro detalhado, contendo definição objetiva de todas as etapas/fases da obra a executar com especificação dos serviços/atividades que as compõe, e do pagamento respectivo.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.6.1. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da sessão da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na forma presencial, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

8.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada em ata de sessão.

8.4. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global e cada licitante disporá de 01 (um) minuto para apresentar a nova proposta.

8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).

8.7. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.8. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa, para a definição das demais colocações.

8.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.10. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



8.11. Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem declarado (mediante marcação das declarações em campo próprio do sistema) enquadramento como ME/EPP.

8.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.11.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada no ato da licitação para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte, que se enquadrarem na hipótese do item 10.8 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

c) O disposto no item 10.8.1. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

8.11.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.11.4. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

I – Empresas sediadas no município de Atalaia do Norte/AM;

II – Empresas sediadas nos municípios constituintes da mesorregião do Estado do Amazonas;

III - Empresas sediadas em qualquer município do Estado do Amazonas, desde que se demonstre a eficiência, economicidade e vantagem para a Administração;

IV – Empresas Brasileiras;

V - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

VI - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

8.11. Se não houver licitante que atenda ao item 8.11.4. e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



8.11. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.12. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.13. O resultado da negociação será registrado em ata de sessão.

8.14. O Agente de Contratação/Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, por meio do e-mail [comissao municipaldelicitacao2026@gmail.com](mailto:comissao municipaldelicitacao2026@gmail.com) ou mesmo protocolo físico junto a CML, sob pena de desclassificação, contendo os dados abaixo listados e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.14.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.14.2. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.14.3. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.14.4. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.14.5. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.14.6. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;

8.14.7. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

8.15. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra:

8.15.1. Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, Curva ABC de insumos e Curva ABC de serviços, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.15.2. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

8.15.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.15.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.15.5. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do

Página 9 de 44



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

8.15.6. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006;

8.15.7. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar, bem como, a Curva ABC de insumos e Curva ABC de serviços;

8.15.8. Nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;

8.16. A proposta ajustada deverá ser enviada por meio eletrônico [comissaomunicipaldelicitacao2026@gmail.com](mailto:comissaomunicipaldelicitacao2026@gmail.com), o não envio ou descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de Contratação/Comissão de Contratação acarretará na desclassificação da proposta.

8.17. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.18. É facultado ao (a) Agente de Contratação/Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.19. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.20. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Comissão de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.21. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Comissão de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pela comissão, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão de Compras Públicas verificará se a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislações correlatas e no item 6.1. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>).

9.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



- 9.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão de Compras Públicas diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 9.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 9.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Agente de Contratação/Comissão de Compras Públicas, verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 9.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão de Municipal de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.10.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 9.10.2. contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 9.10.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico e/ou anexos;
- 9.10.4. contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 9.10.5. contiver vícios insanáveis;
- 9.11. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.12. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.12.1. Apresentar, na composição de seus preços:
- 9.12.2. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
- 9.13. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
- 9.13.1. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;
- 9.14. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro tenha superado os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



9.15. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e especificações técnicas dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

9.16. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.17. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.18. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.19. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.20. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.21. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.22. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.23. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.24. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.25. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.26. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

### **10.1. Documentos pertinentes a HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

I. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

III. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



IV. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

V. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados da Inscrição do ato ou do contrato primitivo juntamente com todas as alterações posteriores;

10.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.4. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação/ Comissão Municipal de Licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

10.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Compras Públicas examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste edital.

10.6. Documentos pertinentes a **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, em validade.

IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta ou Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada, em validade;

V. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada, em validade;

VI. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em validade;

VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943., em validade;

10.7. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, em validade, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

10.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



10.7.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.7.3. As certidões deverão estar válidas na data da abertura da sessão pública, **com a ressalva do disposto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações trazidas pela Lei Complementar 123/2009 e alterações.**

10.8. Fica a critério do Agente de Contratação/Comissão de Compras Públicas, em caso de dúvida quanto a autenticidade das certidões, confirmar nos sites dos órgãos emissores a veracidade das mesmas.

10.9. Documentos pertinentes a **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:**

10.9.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, juntamente com a certidão e/ou declaração passada pelo foro de sua sede indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordatas em seu município, em data não superior a 30 (trinta) dias da abertura do certame, se outro prazo não constar no(s) documento(s).

II - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, com notas explicativas, índices, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, devidamente registrado na junta comercial de sua sede que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta e Certidão de Regularidade Profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

10.10. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.10.1. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG= Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC= Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.10.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da

Página 14 de 44



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002;

10.10.3. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal Nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.10.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;

10.10.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.10.5.1. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.10.5.2. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices LG, SG e LC, deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez) por cento do valor estimado para sua contratação, a não comprovação inabilitará a licitante.

10.10.5.3. Junto com o balanço patrimonial, nos termos do art. 69 §1º da Lei nº 14.133/2021, a empresa deverá apresentar por meio de declaração, demonstrativo de cálculo dos índices acima dos balanços patrimoniais apresentados, devidamente assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa.

10.11. Documentos pertinentes a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

10.11.1. Para qualificação técnica operacional, a licitante deverá apresentar:

I) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, em validade;

II) Certidão de Acervo Técnico – CAT, devidamente registrado em órgão competente;

10.11.3. Para qualificação técnica profissional, a licitante deverá apresentar:

I. Registro ou inscrição do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Engenheiro civil ou arquiteto com registro ativo no CREA/CAU, em validade.

II) Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), referente a obras semelhantes já executadas, acompanhadas dos respectivos acervos técnicos, devidamente registrados em órgãos competentes.

10.11.4. A licitante deverá demonstrar nas certidões de acervos técnicos para comprovação de capacidade técnico-operacional, bem como, nos acervos técnicos para comprovação de capacidade técnico-profissional;

10.12. Além das exigências de qualificações técnico - operacional e técnico-profissional, as licitantes deverão apresentar:

I) Declaração com a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, devendo constar nessa equipe técnica o detentor do CAT, referido no item 10.11.3. “I” e “II”.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



II) Atestado de vistoria técnica de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais, para cumprimento das obrigações objeto da licitação, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante e por servidor devidamente designado para tal.

a) Para agendamento da visita técnica ao local, a licitante interessada deve comparecer ao Setor de Engenharia, na Sede da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, cita-se a Rua Augusto Luzeiro, 65 – Centro – CEP nº 69.650 – 000, Atalaia do Norte/AM, sendo as despesas com deslocamento até o local de responsabilidade da licitante interessada.

a1.) Para a vistoria técnica deverá estar presente, o responsável técnico o qual será acompanhado por servidor do Setor de Engenharia, devidamente habilitado, o qual expedirá o atestado de vistoria técnica, em 02 (duas) vias e deverá ser realizada em até dois dias úteis anteriores a data de abertura da licitação em epígrafe;

b) Apresentar comprovação de que o profissional detentor dos acervos técnicos, integram o quadro técnico da empresa, a qual poderá ser feita por meio de:

a) Apresentação de cópia legível da CTPS;

b) Na hipótese de ser o Responsável Técnico pela execução do objeto ser integrante do quadro social da empresa licitante, deverá ser apresentado o Contrato Social da Empresa ou documento equivalente, que comprove tal situação.

c) Contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado em cartório competente;

d) Certidão de vínculo junto ao CREA;

10.13. A Administração, por meio de comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei, caso haja ateste informações inverídicas;

10.14. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

10.15. Outros documentos de habilitação:

a) Declaração, observadas as sanções legais cabíveis, de Inexistência de Fatos Impeditivos para a Habilitação (**ANEXO VII DO EDITAL**).

b) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (**ANEXO VIII DO EDITAL**).

d) Declaração de Capacidade Operacional (**ANEXO IX DO EDITAL**).

e) Declaração de futura contratação de profissional da equipe técnica (**ANEXO XI DO EDITAL**), quando não existir profissional técnico com vínculo devidamente comprovada com a licitante.

f) Declaração de responsabilidade ambiental assinada pela empresa licitante, conforme modelo integrante deste Edital (**ANEXO X**).

g) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista do órgão celebrante (**ANEXO XII**).

h) Todas as declarações devem estar assinadas pelo representante legal da empresa ou pelo procurador, devidamente credenciado a participar da sessão pública, **sem necessidade de reconhecimento de firma**.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



## **11. DOS RECURSOS E DA REABERTURA DA SESSÃO**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3. Nesse momento o Agente de Contratação/Comissão de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

11.3.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. A sessão poderá ser reaberta:

11.4.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.4.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4.3. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico e-mail, quando for o caso, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.4.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta de preços, sendo responsabilidade do licitante a informação quando aos dados inseridos.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores da data de abertura do certame por meio e-mail [comissaodelicitacao2026@gmail.com](mailto:comissaodelicitacao2026@gmail.com) ou no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, em horário de expediente;

12.2. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações: número da concorrência impugnada; nome da Empresa impugnante; razões da impugnação; nome do signatário da impugnação; e dados da empresa impugnante.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será encaminhada no email informado pela empresa solicitante no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



12.4. Se a impugnação e/ou a decisão do Agente de Contratação/Comissão Municipal de Licitação depender de parecer técnico-jurídico-científico- financeiro, poderá ser prorrogado prazo desde que justificado.

12.5. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer substancialmente a habilitação das licitantes e a formulação das propostas.

12.6. Quem impedir perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena detenção de 06 (seis) meses a 03 (três) anos, e multa, nos termos do art. 337-I do Código Penal Brasileiro.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Após a contratação, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no valor correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, numa das modalidades abaixo:

14.2. Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade caução em dinheiro, seu valor será depositado em poupança do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, a fim de manter a sua atualização financeira.

14.3. Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade títulos da dívida pública, deverão os títulos terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.5. Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, estas deverão conter expressamente cláusulas de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade

14.6. O Município restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

14.7. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com o Município, nos termos da legislação vigente.

14.8. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

14.9. A Ordem de Serviço somente será emitida após a apresentação de uma das modalidades de garantia acima previstas, no prazo mencionado no contrato, sujeitando-se a Contratada às penalidades previstas nos artigos 155 e 162 da Lei 14133/21, no caso de descumprimento.

**14.10. A prestação de garantia PODERÁ SER DISPENSADA, somente pelo ORDENADOR DE DESPESAS, mediante justificativa embasada que deverá constar nos autos do processo.**

### **15. DO CONTRATO**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do prestador de serviços convocado, desde que:

15.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

15.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3. O preço contratado, com a indicação do prestador de serviços, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do Termo de Contrato.

15.4. A existência de contrato implicará compromisso da prestação de serviços nas condições estabelecidas.

15.5. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato dentro do prazo estipulado no item 15.1, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Projeto Básico ou no Cronograma Físico-Financeiro, no caso de obras ou serviços de Engenharia.

15.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal, social e trabalhista, bem como a regularidade perante os cadastros: SICAF; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>), consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato.

## **17. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

17.1. O recebimento provisório acontecerá mediante conferência e aprovação da última medição da obra contratada. Sendo assim, confeccionado o Termo Provisório de Entrega de Obra.

17.2. O Recebimento dos serviços estabelecidos no edital será efetuada pelo fiscal do contrato a ser designado, sendo a ele incumbido a tarefa de verificar a qualidade do serviço executado e o atendimento dos padrões e normas requeridos para a intervenção, in loco, formulando Termo de Recebimento Definitivo de Obra, após o período de 90 dias a contar da data de emissão do termo provisório.

17.3. Quando a CONTRATANTE julgar que o estado geral dos serviços justifique o recebimento provisório, promoverá a vistoria necessária e lavrará o Termo Circunstanciado, observando que os materiais fornecidos e/ou os serviços executados pela CONTRATADA que não satisfizerem as condições de recebimento serão recusados pela fiscalização da Administração e deverão ser substituídos e/ou refeitos. Para tanto, a critério da Administração, poderá ser prorrogado o prazo de entrega fixado no objeto;

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



- 18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.6. fraudar a licitação;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 18.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 18.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 18.2.1. advertência;
- 18.2.2. multa;
- 18.2.3. impedimento de licitar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário local.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.10.1. ANEXO I – Projeto Básico

ANEXO II – Planilhas Orçamentárias / Planilha de Composição de Preços Unitários/ Memória de Cálculo/ Planilha de Composição – BDI

ANEXO III – Projetos (Plantas)

ANEXO IV – Termo de Credenciamento

ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Micro Empresa

ANEXO VII- Modelo de Inexistência de Fatos Impeditivos à Habilitação

ANEXO VIII- Modelo de Declaração nos Termos do Inciso XXXIII

ANEXO IX- Modelo de Declaração de Capacidade Operacional

ANEXO X- Modelo de Declaração de Responsabilidade pela Liberação Ambiental

ANEXO XI- Modelo de Declaração de Futura Contratação de Profissional da Equipe Técnica

ANEXO XII- Modelo de Declaração de Quadro Societário

ANEXO XIII- Minuta do Contrato

Atalaia do Norte/AM, 21 de Maio de 2026.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**

---



**HERENIO PENEDO TELLO**  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO  
DECRETO Nº 030/GP/2026

**DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA**  
PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

**RONALDO CALDAS DA SILVA MARICAUA**  
PROCURADOR MUNICIPAL  
OAB Nº 15.737



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**

---



**ANEXO I**  
**PROJETO BÁSICO**

(Arquivo em anexo)

.....

**ANEXO II**  
**PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS**

(Arquivo em anexo)

.....

**ANEXO III**  
**PROJETOS ARQUITETÔNICOS (PLANTAS)**

(Arquivo em anexo)

.....

**ANEXO IV**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

*Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ..., portador(a) do RG n. ... e do CPF n...., a participar da licitação instaurada pelo órgão contratante, através da Comissão Municipal de Licitação - CML, na modalidade Concorrência Pública n. .../20xx, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ..., bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.*

*..., ... de ... de 20xx.*

.....  
**Sócio Administrador ou Diretor**

Carimbo de Identificação





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**ANEXO V**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)  
MODELO DE PROPOSTA PREÇOS

À Comissão Municipal de Licitação - CML.  
Concorrência n.º XXX/2026

Os modelos de Proposta de Preços, das Planilhas Sintética e Analítica, de BDI e de Encargos Sociais deverão seguir os moldes dos respectivos documentos que integram o projeto básico elaborado pela Administração Pública, estando disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para os eventuais interessados.

Segue, contudo, só para fins exemplificativo, o modelo geral que pode ser para formatação da proposta de preços, ressaltando, contudo, que a proposta deverá estar formatada de acordo com a planilha orçamentária e demais documentos técnicos de engenharia elaborados pela Administração Pública, contendo a descrição e especificação de todos os itens e subitens indicados no Projeto Básico.

Processo Licitatório: identificação da licitação

Data de realização da Sessão Pública: xx/xx/2026, às xxxxx horas.

Local de realização da sessão pública: ENDEREÇO COMPLETO DA SESSÃO PÚBLICA

A .....(razão social, CNPJ, endereço, tel, fax, e-mail)....., após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas na Concorrência nº xxx/CML/PMATN e de seus anexos, com os quais concordamos plenamente, vimos apresentar a nossa proposta, conforme a descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR UNITARIO	VALOR GLOBAL
1				

Observação:

- (1) Os percentuais referentes a tributos deverão ser cotados de acordo com o regime de tributação de cada empresa.
- (2) Os licitantes não deverão incluir o CSLL e IRPJ nas Planilhas de Preços no quadro de Tributos, conforme Acórdão 1.319/2010, 1.696/2010, 1.442/2010 e 950/2007 do Tribunal de Contas da União.

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



- a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
- b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação dos serviços, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato;
- d) A proposta informará os valores (custos unitários e global) considerando-se cada uma das etapas da execução.
- e) Na composição dos custos unitários e global (de cada etapa) irá prever campos específicos para indicar a taxa do BDI (geral ou diferenciada) de cada item.

**2 - VALIDADE DA PROPOSTA:**

.....(dias), a contar do dia da sua emissão.

**3 - GARANTIA**

O prazo de garantia sobre a obra é de, no mínimo, .... (.....) anos (conforme Edital), contados a partir do Recebimento Definitivo.

**4 - PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo de execução da obra é de ..... (.....) dias corridos, a contar da data de início do serviço.

**5 - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS:** Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária para a seguinte conta:

BANCO: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

CONTA CORRENTE Nº: \_\_\_\_\_

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202x.

Nome e Assinatura do Representante Legal

(Nome e função na empresa) XXXXXX\*

rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

.....(Nome da empresa), CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo), por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, abaixo subscrito, DECLARA expressamente que se enquadra na definição do artigo 3º inciso I ou II da Lei Complementar nº123 de 14/12/2006 e que não



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



possui nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, para fins de se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação.

Por ser expressão de verdade, firma a presente sob pena de responder em todas as esferas judiciais no caso de falsidade do conteúdo aqui declarado.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

.....

(nome completo)

Assinatura do Representante Legal

.....

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO**

Referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. \_\_\_\_

.....,(nome da empresa), CNPJ n....., declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_,...../...../20xx.

.....

Sócio ou representante legal da empresa

**Observação: Esta declaração deverá ser apresentada dentro do envelope dos documentos de habilitação.**

.....

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88**

*A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n. ..., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de n. ... e do CPF/MF n. ..., DECLARA, para os fins do disposto no inciso II, do artigo 193 da Lei n. 14.133, de 21 de Abril de 2021, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, apenas na condição de aprendiz.*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20xx.

\_\_\_\_\_  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal

Carimbo de Identificação



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**Observação: Esta declaração deverá ser apresentada dentro do envelope dos documentos de habilitação.**

.....  
**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL**

(Nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ no \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARO, sob as penas da Lei, possuir instalações, aparelhamento técnico, equipamentos e pessoal devidamente treinado, adequados e disponíveis para a realização dos serviços objeto da Concorrência Pública nº XX/20xx.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

(nome completo)  
Assinatura do Representante Legal

**Observação: Esta declaração deverá ser apresentada dentro do envelope dos documentos de habilitação.**

.....  
**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE PELA LIBERAÇÃO  
AMBIENTAL**

**A**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX/AM**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**  
**Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº xxx/20xx-CML**

A (EMPRESA LICITANTE), por seu representante legal, infra- signatário declara, sob as penas da Lei e para os devidos fins de direito que:

- I. Conhece a legislação pertinente aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente em nível federal, estadual e municipal;
- II. Tomou conhecimento das restrições, normas e proposições relativas à preservação do meio-ambiente do local e região onde se realizarão as obras e serviços objeto licitação em epígrafe;
- III. Assume a responsabilidade de obediência à legislação, às normas explicitadas pela Prefeitura Municipal de XXXXXXXX/AM, e pelos órgãos específicos de controle ambiental;
- IV. Responsabiliza-se pelo cumprimento do conteúdo no Relatório de Impacto de Meio-Ambiente, a solicitação do atestado de sua liberação, autorização de obras e demais requisitos necessários à regulamentação das obras e serviços e das ações previstas na legislação e nesta licitação, caso seja isso necessário;

Página 28 de 44





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



V. Responsabilizar-se pelos procedimentos de liberação de licença de instalação e de operação.

Declara, também, que assume sem repasse a Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXX/AM, toda a responsabilidade por danos e ônus, que venha a ser associado às obras e serviços objeto da Concorrência Pública nº XXX/XXXX, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos normativos previstos nesta declaração.

....., ..... de ..... de 20xx.

**EMPRESA**

CNPJ nº .....

**Representante Legal**

**Observação: Esta declaração deverá ser apresentada dentro do envelope dos documentos de habilitação.**

.....  
**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE FUTURA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA**

A empresa ....., inscrita no CNPJ n. ...., declara para fins de participação no Edital XX/20xx – Concorrência Pública, Por Empreitada Global, que o profissional abaixo relacionado integrará a equipe técnica desta empresa, sendo contratado como empregado.

NOME DO PROFISSIONAL	VÍNCULO DO PROFISSIONAL

.....  
Assinatura e identificação do representante da empresa

Eu, ....., declaro estar de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento e que executarei todas as atividades do emprego estritamente conforme o estipulado no Edital XX/xxxx– Concorrência Pública, Por Empreitada Global.

....., ..... de ..... de 20xx.

.....  
Assinatura e identificação do profissional

**Observação: Esta declaração deverá ser apresentada dentro do envelope dos documentos de habilitação.**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETARIO SERVIDOR PUBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PUBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DO ÓRGÃO CELEBRANTE**

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida (endereço), DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor publico na ativa ou empregado de empresa publica ou sociedade de economia mista.

Declaramos ainda que as informações prestadas são fideis e verdadeiras, as quais estão de acordo com o art. 18. XII, Lei 12.909/2013.

....., ..... de ..... de 20xx.

**EMPRESA**

CNPJ nº .....

**Representante Legal**

**Observação: Esta declaração deverá ser apresentada dentro do envelope dos documentos de habilitação.**

**ANEXO XIII**

**MINUTA TERMO DE CONTRATO**

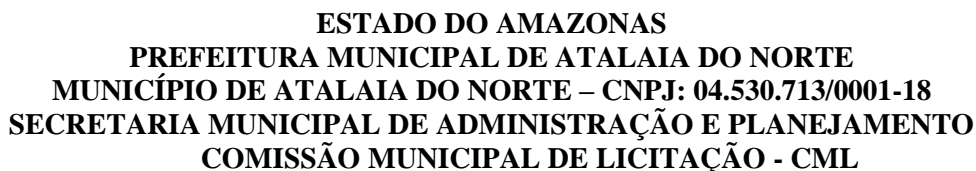
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX**

**CONCORRÊNCIA Nº XX/XXXX**

**TERMO DE CONTRATO Nº XX/XXXX – PMT.**

**CONTRATO QUE FAZEM O  
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE  
E A EMPRESA XXXXXXXX PARA A  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXX.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM**, com sede na Estrada Augusto Luzeiro, 65 – Bairro Centro, CEP nº 69.650 – 000 na cidade de Atalaia do Norte/Estado do Amazonas, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.530.713/0001-18, neste ato representada pelo Sr. **DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA**, Prefeito Municipal, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Lei Orgânica Municipal, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXXXX, nº XXX – Bairro XXXXX – Cidade XXXX/AM, neste ato representada por seu proprietário, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXXXXXX, portador da carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliado XXXXXXXX, daqui por diante designado simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente



Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Presencial n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia visando a referente à xxx nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da **Concorrência nº [XX/XX]** e seus anexos, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Ao assinar este contrato, a **CONTRATADA** declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo **CONTRATANTE** qualquer reclamação ou reivindicação por parte da **CONTRATADA** fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**2.1.** A execução do objeto compreende os serviços de xxx, em conformidade com o Edital da Concorrência Presencial n. .../..., Projeto Básico e demais documentos técnicos, que passam a fazer parte deste contrato como se estivesse, aqui transcritas;

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de execução dos serviços objeto deste Contrato observará o estabelecido no cronograma físico- financeiro apresentado pela **CONTRATADA** e será de XXX (XXXX) dias, a partir do ato de sua assinatura, para fins de adimplemento integral das obrigações de ambas as partes, principalmente no que se refere ao processo de liquidação completa das despesas e entrega definitiva do objeto contratado, independentemente de findo o prazo de execução, observados o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021;

**3.1.1.** Em caso de não cumprimento do prazo de execução dos serviços, ainda que perdure o prazo de vigência contratual, o contratado irá incorrer, imediatamente ao dia seguinte do término do referido prazo, em juros de mora e multa, sujeitando-se, ainda, à aplicação das demais penalidades previstas no instrumento contratual.

**3.2.** Os prazos ora definidos poderão ser prorrogados, mediante justificativa e autorização da Administração Pública, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.3.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**3.3.1.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**3.3.2.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**3.3.3.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**3.3.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3.4.** Se ocorrer algum atraso nos prazos dispostos nesta cláusula, causado por ato da **CONTRATANTE**, tal atraso será acrescido aos prazos a serem cumpridos pela **CONTRATADA**. Neste caso, havendo justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, a reformulação implicará na dilatação do prazo contratual, mediante simples deslocamento no cronograma físico-financeiro da(s) etapas(s) não executada(s);

**3.5.** O cronograma físico-financeiro deverá ser reformulado, de imediato, em caso de alteração nas parcelas de execução previamente estabelecidas. A reformulação do cronograma aprovado será formalizada mediante troca de Cartas Reversais entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, as quais passarão a fazer parte integrante e complementar deste Contrato, para todos os fins de direito;

**3.6.** O cronograma físico-financeiro poderá ser atualizado, ainda, sempre que houver um dos fatos a seguir:

**3.6.1.** Falta de elementos técnicos para o início ou prosseguimento dos serviços quando seu fornecimento depender da **CONTRATANTE**;

**3.6.2.** Ordem escrita da **CONTRATANTE** para paralisar ou diminuir o ritmo dos serviços;

**3.6.3.** Alteração do objeto para sua melhor adequação técnica, com o consequente realinhamento de etapas;

**3.6.4.** Adiantamento da execução financeira do cronograma, em decorrência da execução antecipada, devidamente autorizada pela **CONTRATANTE**, de etapas pela **CONTRATADA**.

**3.7.** No cômputo do prazo mencionado no caput desta cláusula, serão excluídos os atrasos decorrentes de caso fortuito e força maior, devidamente reconhecidos pela Administração Pública, que venham a paralisar ou dificultar a execução dos serviços contratados.

**3.7.1.** Qualquer evento que venha a ser considerado pela **CONTRATADA** como danoso e/ou prejudicial à regular execução deste Contrato, só irá eximi-la da responsabilidade contratual a que está sujeita após ter a **CONTRATANTE** analisado e concluído que se trata de fato imprevisível à álea contratual, dificultoso à normal execução do Contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito ou força maior;

**3.7.2.** Caberá exclusivamente à **CONTRATADA** o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados no inciso anterior, a ser apreciada pela **CONTRATANTE**;

**3.7.3.** Não serão considerados força maior os dias de chuva, greve dos transportes ou greve da categoria, não podendo, portanto, ser descontado do prazo. Se ocorrer um desses imprevistos, a **CONTRATADA** deverá se programar, aumentando o efetivo de empregados, ou trabalhando no turno da noite para compensar a paralisação;

**3.7.4.** Excetuando-se as hipóteses previstas nesta cláusula e a ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, não serão admitidos descumprimentos de quaisquer prazos, sob pena de aplicação das penalidades previstas legalmente.

**3.8.** Considera-se infração contratual o retardamento da execução dos serviços contratados ou a sua paralisação injustificada, por mais de 03 (três) dias consecutivos;

**3.9.** Em caso de cortes orçamentários, no exercício, o cronograma físico-financeiro também poderá sofrer alterações correspondentes;

**3.10.** Deverão ser realizadas reuniões periódicas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, momento em que deverão ser discutidas as questões referentes ao objeto contratado, apresentados os serviços até então realizados e tomadas as decisões quanto a eventuais pendências

**4. CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** Pela execução dos serviços objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, em parcelas e de acordo com o cronograma físico-financeiro, o valor global de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

**4.2.** No valor acima, deverão estar incluídos no preço constante do caput. desta cláusula o Benefícios e Despesas Indiretas – BDI e todas as despesas concernentes à execução dos serviços contratados, incluindo





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



fornecimento de todos os equipamentos, materiais, transportes, mão de obra e detalhamentos que se fizerem necessários, bem como todos os impostos, encargos sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguros, taxas, licenças, ligações provisórias e definitivas e outras despesas de qualquer natureza, e tudo o mais necessário à perfeita e completa execução do objeto deste Contrato.

**4.3.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação consignada, prevista no orçamento para o exercício em curso, na seguinte rubrica orçamentária:

Unidade: XXXXX – XXXXXXXXXXXXXXX.

Classificação Funcional: XXXXXX – XXXXXXXX.

Natureza de Despesa: XXXXXXXX – XXXXXXXX

Fonte Pagadora: XX – XXXXXXXX

## **5. CLÁUSULA QUINTA: DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será feito parceladamente, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela **CONTRATADA**. As parcelas deverão corresponder aos serviços efetivamente concluídos e aceitos pela Fiscalização da **CONTRATANTE**, apurados em medições mensais.

**5.1.1.** Aprovada a medição pela FISCALIZAÇÃO, a **CONTRATADA** deverá emitir e apresentar a respectiva

nota fiscal eletrônica, devidamente acompanhada dos demais documentos pertinentes, a fim de que o **CONTRATANTE** possa efetuar o pagamento, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da apresentação do documento fiscal correspondente;

**5.2.** O pagamento somente será liberado após a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica devidamente discriminada, em nome da **CONTRATANTE**, acompanhada das respectivas exigências:

**5.2.1.** Requerimento de solicitação de pagamento da respectiva medição;

**5.2.2.** Nota fiscal de serviços eletrônica

**5.2.3.** Planilha de medição;

**5.2.4.** Regularidade para com os encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas;

**5.2.5.** Relatório Fotográfico;

**5.2.6.** Relatório de Diário de Obras;

**5.2.7.** Histórico de Precipitação;

**5.2.8.** A(s) ART('s) de execução e responsabilidade técnica;

**5.2.9.** A matrícula da Obra no INSS, se for o caso;

**5.2.10.** Licença de construção junto à Prefeitura Municipal;

**5.2.11.** A indicação do nome do preposto da empresa, profissional legalmente habilitado, que responderá perante a Fiscalização pela boa execução dos trabalhos;

**5.2.12.** A comprovação de pagamento do seguro de responsabilidade civil e contra fogo, remetendo assim que possível cópia das respectivas apólices, quando for o caso;

**5.2.13.** A comprovação de atendimento às regulamentações trabalhistas, em Especial às de elaboração e entrega dos programas PPRA (de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PCMAT (de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), quando for o caso.

**5.3.** Não serão medidos serviços executados em desacordo com os projetos e as especificações ou que contrariem as normas vigentes assim como a boa técnica de execução;

**5.4.** Em caso de irregularidade da documentação exigida para pagamento, o prazo será contado a partir da data de reapresentação da documentação devidamente regularizada, e o pagamento será efetuado sem alteração do valor;

**5.5.** A liberação do pagamento da primeira e da última parcela será feita da seguinte forma:



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



- 5.5.1.** A liberação da fatura referente à primeira parcela ficará condicionada à apresentação prévia da ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA/AM ou CAU/AM, relativa aos serviços objeto deste Contrato e a matrícula da obra no INSS, se for o caso;
- 5.5.2.** A liberação da fatura referente à última parcela ficará condicionada à comprovação da baixa da matrícula da obra junto ao INSS, se for o caso, e do Termo de Recebimento Provisório;
- 5.6.** Sobre o valor da Nota Fiscal Eletrônica, a **CONTRATANTE** fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, com suas alterações;
- 5.7.** Para fins de evitar a retenção ou recolhimento de tributo indevido, a **CONTRATADA** deverá apresentar, junto com a nota fiscal referente à prestação dos serviços, a seguinte documentação, conforme o caso:
- 5.7.1.** Cópia da decisão judicial autorizando o depósito mensal em juízo;
- 5.7.2.** Apresentação mensal da cópia dos comprovantes dos depósitos judiciais;
- 5.7.3.** No caso de imunidade e de isenção: declaração de imunidade ou de isenção, conforme o caso, obtido junto à Secretaria da Receita Federal; sentença judicial transitada em julgado; certidão de imunidade.
- 5.8.** Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 123/2006), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a **CONTRATADA** nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 em duas vias, assinadas pelo seu representante legal;
- 5.9.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;
- 5.10.** A **CONTRATANTE** se reserva ao direito, obedecidos os trâmites legais, de descontar do pagamento os eventuais débitos da **CONTRATADA** relacionados à obra, como danos e prejuízos contra terceiros, multas e outros que sejam devidos;
- 5.11.** Nenhum pagamento será efetuado na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira:
- 5.11.1.** Atestação de conformidade do serviço executado emitido pela **FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE**;
- 5.11.2.** Apresentação das comprovações discriminadas nos parágrafos décimo e décimo-primeiro acima.
- 5.11.3.** Garantia contratual vigente.
- 5.12.** Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será aquela prevista no Código Civil Brasileiro, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de correção monetária;
- 5.13.** Será considerada, para fins de pagamento, a data de entrega do documento de cobrança à Comissão de Fiscalização da **CONTRATANTE**, a qual deverá atestar, nesse documento, que os serviços foram realizados conforme o contratado;
- 5.14.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e serem submetidos à apreciação da Secretaria Municipal de Finanças, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

**6. CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 6.1.** Após a contratação, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no valor correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, numa das modalidades abaixo:



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**6.1.1.** Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade caução em dinheiro, seu valor será depositado em poupança do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, a fim de manter a sua atualização financeira.

**6.1.2.** Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade títulos da dívida pública, deverão os títulos terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**6.1.3.** Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, estas deverão conter expressamente cláusulas de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade

**6.2.** O Município restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento da **CONTRATADA**.

**6.3.** Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com o Município, nos termos da legislação vigente.

**6.4.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto, no prazo máximo de 10(dez) dias.

**6.5.** A Ordem de Serviço somente será emitida após a apresentação de uma das modalidades de garantia acima previstas, no prazo mencionado no contrato, sujeitando-se a **CONTRATADA** às penalidades previstas nos artigos 155 e 162 da Lei 14133/21 no caso de descumprimento.

**6.6.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

**6.7.** O atraso superior a 15 (quinze) dias para a entrega da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste Contrato, conforme dispõem os artigos 155 e 162 da Lei 14133/21;

**6.8.** A prestação de garantia **PODERÁ SER DISPENSADA**, somente pelo **ORDENADOR DE DESPESAS**, mediante justificativa embasada que deverá constar nos autos do processo.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

**7.1.** São Obrigações do **CONTRANTE**:

**7.1.1.** Permitir acesso da **CONTRATADA** ao local da obra para o desenvolvimento das atividades pertinentes aos serviços constantes do objeto;

**7.1.2.** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato, no Edital de Concorrência Eletrônica nº XX/XXXX e seus anexos;

**7.1.3.** Verificar o cumprimento do cronograma físico-financeiro da obra;

**7.1.4.** Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes às medições dos serviços;

**7.1.5.** Efetuar, com pontualidade, o pagamento à **CONTRATADA**, após o cumprimento das formalidades legais;

**7.1.6.** Indicar os servidores que acompanharão a execução dos serviços;

**7.1.7.** Fornecer à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos, dados e documentos necessários à execução dos serviços;

**7.1.8.** Promover, por meio de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

**7.1.9.** Anotar, no Diário de Obras, por intermédio do engenheiro designado pela Prefeitura Municipal para fiscalização da obra, ou por outra fiscalização designada, as ocorrências relacionadas com a execução dos



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



serviços, objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**7.1.10.** Comunicar à **CONTRATADA**, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços;

**7.1.11.** O servidor ou comissão designada para fiscalização atestará o recebimento dos serviços objeto deste Contrato ou recusá-lo-á se for apresentado para entrega com especificações diferentes das contidas no Edital;

**7.1.12.** No caso da recusa, o referido servidor ou comissão deverá notificar a licitante acerca de quaisquer irregularidades apuradas e pedir a substituição dos serviços feitos de forma diferente dos projetos, a qual deverá ser feita pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal expedida pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, sujeitando-se a **CONTRATADA**, na inobservância desta obrigação, às penalidades previstas neste Contrato, dentre outras cominações legais.

**7.2.** A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar sanções ou rescindir o Contrato, no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no projeto básico – Anexo I - do Edital de Concorrência Presencial nº XX/XXXX e neste Contrato;

**7.3.** A **CONTRATANTE** por intermédio da **FISCALIZAÇÃO** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

**7.4.** À **FISCALIZAÇÃO** caberá a incumbência de decidir os casos omissos, relativos às especificações, plantas ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente, aos serviços;

**7.5.** A atuação da **FISCALIZAÇÃO** não exime a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços contratados.

**7.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.7.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.8.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**7.9.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**7.10.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.11.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**7.12.** São obrigações da **CONTRATADA**:

**7.12.1.** Além de executar os serviços cumprindo rigorosamente as determinações do Projeto Básico e demais anexos do Edital de Concorrência Presencial nº XX/XXXX, independente de qualquer transcrição, e a Lei 14.133/2021, a **CONTRATADA** se obriga a:

**7.12.1.1.** Executar a obra objeto deste Contrato de acordo com os Anexos do Edital e demais especificações constantes deste Contrato;

**7.12.1.2.** Executar todos os elementos constantes nos projetos, detalhes e especificações, ainda que constem somente de uma destas partes, pois tais projetos, detalhes e especificações se completam e os seus conteúdos valem isoladamente;

**7.12.1.3.** Executar os serviços mediante contínua e estreita comunicação com a **FISCALIZAÇÃO**, acatando integralmente as suas exigências quanto à execução dos trabalhos, inclusive quanto aos critérios, cálculos, desenhos, especificações e outros documentos, devidamente por ela aprovados;

**7.12.1.4.** Obrigar-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no(s) prazo(s) determinado(s) pela **CONTRATANTE**, objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, mesmo após o seu término;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



- 7.12.1.5.** Ceder à **CONTRATANTE** os direitos patrimoniais pelos projetos elaborados, quando houver alteração ou complementação do Projeto Básico – Anexo I do Edital de Concorrência Presencial nº XX/XXXX, por parte da **CONTRATADA**;
- 7.12.1.6.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços executados;
- 7.12.1.7.** Comunicar formalmente à **CONTRATANTE** a conclusão de cada etapa de execução dos serviços, nos termos deste Contrato;
- 7.12.1.8.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da **CONTRATANTE**, inclusive de acesso às dependências;
- 7.12.1.9.** Manter seus empregados sujeitos às normas disciplinares e de segurança da **CONTRATANTE**, sem com isto haver qualquer vínculo empregatício;
- 7.12.1.10.** Obedecer a todas as normas e regulamentações trabalhistas (incluindo-se a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores);
- 7.12.1.11.** Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas, impostas à **CONTRATANTE** por autoridade competente, em decorrência de inobservância, por parte de seus empregados, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, código de posturas municipal e regulamentações dos órgãos fiscalizadores;
- 7.12.1.12.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, sendo vítimas os empregados em serviço na obra, no desempenho de atividades relativas ao objeto desta contratação, ou em conexão com elas, ainda que nas dependências da **CONTRATANTE**, não transferindo à Administração quaisquer ônus por seu pagamento;
- 7.12.1.13.** Possuir todas as habilitações para os serviços emitidas por órgãos competentes, tais como Prefeitura Municipal e CREA/AM ou CAU/AM, devendo comprovar tal habilitação quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO;
- 7.12.1.14.** Obter e apresentar todas as licenças, aprovações, taxas e demais documentos necessários aos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos e obedecendo às leis, regulamentos e posturas referentes a obras/serviços e à segurança pública;
- 7.12.1.15.** Responsabilizar-se pelas despesas referentes a multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, em consequência de fato a ela imputável e por ato de seu pessoal, inclusive aquelas que por efeito legal sejam impostas à **CONTRATANTE**;
- 7.12.1.16.** Conceder livre acesso da Concedente/**CONTRATANTE** e dos órgãos de controle Federais, Estaduais e Municipais aos dados e documentos gerenciados em decorrência deste contrato de prestação e serviços;
- 7.12.1.17.** Utilizar, na execução dos serviços, mão de obra habilitada e profissionais especializados, observando os critérios de segurança na realização dos serviços e quanto ao local de trabalho, em quantidade suficiente para cumprir os prazos determinados no cronograma de obra;
- 7.12.1.18.** Observar o tipo/natureza do serviço a ser executado, empregando os métodos mais modernos e adequados pertinentes à execução, de acordo com as recomendações técnicas específicas e orientações dos fabricantes;
- 7.12.1.19.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial dos programas PPRA (de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PCMAT (de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), e diligenciar para que os empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários, fiscalizando a sua efetiva utilização;
- 7.12.1.20.** Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, das quais poderá a



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**CONTRATANTE** exigir comprovação discriminada e respectiva, devendo comunicar a esta, imediatamente, qualquer alteração nesse sentido;

**7.12.1.21.** Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de dolo, culpa, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito e sem prejuízo das demais responsabilidades patrimoniais;

**7.12.1.22.** Responder, em relação aos seus funcionários em serviço no local da obra, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, encargos previdenciários, indenizações, vale-refeição, vale- transporte e outras despesas decorrentes de sua condição de empregador, que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, inclusive licenças em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos;

**7.12.1.23.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, bem como por todos os encargos fiscais, comerciais e aqueles decorrentes de possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal relacionados com a obra, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

**7.12.1.24.** Responsabilizar-se pela perda de materiais, equipamentos, etc, resultante de roubo, furto, atos de vandalismo, ou qualquer outro fato de natureza semelhante que venha a ocorrer no canteiro de obras, independente de culpa;

**7.12.1.25.** Providenciar, seguro de responsabilidade civil e contra fogo, arcando com todas as despesas necessárias, responsabilizando-se caso ocorra a destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação pela **CONTRATANTE**, e pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, mesmo que ocorridos na via pública;

**7.12.1.26.** Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos equipamentos, tecnologia e materiais empregados, fornecendo todo o material de acordo com as Especificações Técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora dos canteiros da obra, assim como o processo de sua utilização;

**7.12.1.27.** Submeter à aprovação da fiscalização, até 05 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do Contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes;

**7.12.1.28.** Programar, previamente, com a FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, a entrega de materiais de modo a não comprometer a regular execução dos serviços, providenciando para que todos os materiais e equipamentos sejam entregues na obra em tempo hábil para o cumprimento dos prazos contratados relativamente aos serviços;

**7.12.1.29.** Armazenar todo o material, evitando perdas, danos ou possíveis extravios, arcando, a empresa a ser **CONTRATADA**, com qualquer prejuízo;

**7.12.1.30.** Responsabilizar-se pela guarda, vigilância e segurança de pessoal, veículos, material, ferramentas, equipamentos, tanto no canteiro como no local dos serviços executados, bem como pelo controle de acesso de pessoal e veículos de entrega e retirada de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, mesmo nas dependências da **CONTRATANTE**;

**7.12.1.31.** Utilizar andaimes, guindastes, quando necessários, de modo a alcançar os locais de trabalho, observando a segurança exigida pelas normas vigentes;

**7.12.1.32.** Responsabilizar-se pela instalação, operação e, conforme o caso, manutenção do canteiro de obras e demais estruturas operacionais no local do empreendimento, inclusive todas as instalações provisórias, tais como acessos, urbanização, proteção com cercas e correlatas, além de placas da obra exigidas pelos órgãos



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



competentes, em local visível, de acordo com as exigências do CONFEA, e placa da **CONTRATANTE**, conforme modelo próprio;

**7.12.1.33.** Proteger e manter o canteiro de obras em perfeitas condições de uso, funcionamento, vigilância, higiene e segurança, durante a execução da obra, providenciando as ligações provisórias necessárias, com atendimento de todos os aspectos e recomendações previstas na legislação pertinente, inclusive os relativos à vigilância sanitária e legislação ambiental, bem como manter e conservar o empreendimento contra qualquer deterioração, perdas e danos, durante a execução do Contrato, incluindo eventuais períodos de suspensão da execução contratual, até a sua efetiva entrega à **CONTRATANTE**;

**7.12.1.34.** Afixar, em local indicado pela **FISCALIZAÇÃO**, placa indicativa da obra, conforme a legislação pertinente, com indicação dos responsáveis técnicos e placas indicadoras de limite de obra, visando a impedir o acesso de pessoas não autorizadas em áreas de risco e perigo. A placa deverá conter, exclusivamente, os dizeres indicados pelos interessados e aprovada pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**;

**7.12.1.35.** Providenciar autorização junto ao órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via pública onde será executada a obra, sempre que for necessário a execução de serviços que possam interromper ou perturbar o livre trânsito de veículos e/ou pedestres ou que possam oferecer perigo à segurança pública;

**7.12.1.36.** Providenciar a remoção contínua de entulho e detritos acumulados no local dos serviços, bem como o transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público, de acordo com as exigências da Administração e conforme a **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**;

**7.12.1.37.** Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução de todas as instalações adequadas (alojamentos, banheiros, refeitórios, depósitos, escritório para a administração, dentre outras), destinadas ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços;

**7.12.1.38.** Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgados necessários a seu esclarecimento, para adoção imediata das medidas cabíveis;

**7.12.1.39.** Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender;

**7.12.1.40.** Apresentar à **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, após o início da prestação dos serviços, ficha dos empregados devidamente digitada, contendo dados de identificação pessoal e profissional do empregado;

**7.12.1.41.** Manter disponibilidade de efetivo de mão-de-obra dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela **CONTRATANTE**;

**7.12.1.42.** Manter em pasta própria a documentação relativa a registro, horário de trabalho e atividade de seus empregados sob seu controle, guarda e responsabilidade, em recinto da **CONTRATANTE**;

**7.12.1.43.** Apresentar folha de pagamento individualizada da obra, destacando o pessoal administrativo e os alocados no canteiro, bem como os subcontratados, vencida até a data de apresentação da documentação de cobrança;

**7.12.1.44.** Apresentar o quadro que contenha a relação de empregados (administrativos do canteiro de obra e operários), da **CONTRATADA** e **SUBCONTRATADA(s)**, separadamente, identificando-se o quadro da **CONTRATADA** o quadro de cada uma das **SUBCONTRATADAS**;

**7.12.1.45.** Apresentar a documentação dos empregados da obra e do pessoal administrativo, nos prazos e condições estabelecidas neste Contrato, da **CONTRATADA** e das **SUBCONTRATADAS**;

**7.12.1.46.** Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios, inconvenientes à boa ordem ou não observem as normas de funcionamento da **CONTRATANTE**;

**7.12.1.47.** Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados de suas residências até as dependências da **CONTRATANTE**, bem como o retorno por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



- 7.12.1.48.** Manter seus empregados e os da(s) eventuais SUBCONTRATADAS, uniformizados, quando em trabalho;
- 7.12.1.49.** Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 7.12.1.50.** Apresentar, independente de só contratação pela **CONTRATANTE**, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do Contrato e que demonstre que os referidos pagamentos referem-se aos empregados utilizados na execução deste Contrato;
- 7.12.1.51.** Manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o serviço prestado e sobre o conteúdo das informações que digam respeito à **CONTRATANTE** e que vier a ter conhecimento por força da prestação dos serviços ora contratados, não reproduzindo-os, divulgando-os ou utilizando-os em benefício próprio sem o consentimento prévio e por escrito desta, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar;
- 7.12.1.52.** Não utilizar o nome da **CONTRATANTE**, ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente Contrato;
- 7.12.1.53.** Não oferecer este Contrato em garantia de operações de crédito bancário;
- 7.12.1.54.** Designar preposto para interceder junto à **CONTRATANTE**, informando todos os dados necessários e suficientes desde (nome, RG, CPF, telefones, fax, correio eletrônico, endereço para correspondência, etc) para uma rápida e eficiente comunicação entre as partes;
- 7.12.1.55.** Manter permanentemente no canteiro de obras engenheiro ou arquiteto, na condição de responsável ou corresponsável técnico pela execução dos serviços contratados, com autoridade para exercer qualquer ação de orientação geral, controle e coordenação da execução das obras e serviços, bem como deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária. A presença do engenheiro ou arquiteto não isenta a empresa de manter na obra, quando necessário, profissionais que disponham de conhecimentos específicos correlatos com a fase de execução dos serviços que estiver em curso;
- 7.12.1.56.** Entregar os serviços com as instalações definitivas em perfeitas condições de uso, limpas, testadas e aprovadas pela **CONTRATANTE**, devendo providenciar, após relatório de verificação e vistoria feitos pela FISCALIZAÇÃO, todas as correções necessárias à solução das irregularidades;
- 7.12.1.57.** Fornecer à FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, após conclusão dos serviços, todas as especificações atualizadas dos serviços executados, “as built”, incluindo qualquer elemento ou instalação que, por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos trabalhos. Tais especificações serão apresentadas em papel impresso e arquivos digitais, no mesmo padrão do Projeto Básico/Memorial Descritivo e em total conformidade com as normas da ABNT;
- 7.12.1.58.** Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do Contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes;
- 7.13.** São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:
- 7.13.1.** A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE** durante a vigência deste Contrato;
- 7.13.2.** A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

- 8.1.** O CONTRATADO desempenhará os serviços com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, devendo respeitar, ainda a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, pelo que se compromete a não divulgar, por nenhum meio, os dados pessoais a que





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



teve acesso em virtude do presente contrato, sob pena de responder pelos danos ocasionados pela sua divulgação, mau uso ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.

**9. CLÁUSULA NONA— DO DIÁRIO DE OBRAS**

**9.1.** Caberá à **CONTRATADA** fornecer o Diário de Obras, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço, o qual deverá permanecer disponível no local de execução dos serviços, em local de fácil acesso, para a efetivação de registros e sob sua responsabilidade.

**9.1.1.** O Diário de Obras deverá ser entregue por meio digital e encadernado mês a mês, ter capa resistente, ser constituído de páginas em 03 (três) vias, numeradas e rubricadas pela **FISCALIZAÇÃO**, onde serão anotadas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formal, solicitações e informações diversas, fotos com registros de serviços executados e atividades relacionadas a treinamentos de segurança, e/ou técnicos a ser objeto de registro, até o encerramento dos serviços. Procedimentos:

**9.1.1.1.** A **CONTRATADA** entregará o relatório diário de obras – RDO em arquivos editáveis (XLS ou ODT), no outro dia das atividades realizadas e/ou no próximo dia útil. Os arquivos deverão ser enviados, via e-mail à **CONTRATANTE**;

**9.1.1.2.** A **CONTRATANTE** analisará e comentará o RDO, através da Equipe Técnica, no mesmo dia da entrega,

ou no próximo dia útil. Os arquivos serão devolvidos à **CONTRATADA** via e-mail em arquivo não editável (PDF);

**9.1.1.3.** A **CONTRATADA** entregará 03 (três) vias físicas devidamente assinada, no outro dia das atividades relatadas no subitem 9.1.1.1. e/ou no próximo dia útil. Ao final do fechamento do mês, até o quinto dia útil, será realizado pela **CONTRATADA** o devido encadernamento.

**9.1.2.** A **FISCALIZAÇÃO** deverá apor sua assinatura em todas as vias de cada uma das folhas do Diário, após todas as anotações nele registradas, tendo as vias a seguinte destinação: 1ª Via – **FISCALIZAÇÃO** e, após o recebimento definitivo, anexação ao dossiê dos serviços; 2ª Via – **CONTRATADA**; 3ª Via – Diário de Obras, a ser arquivado na Coordenadoria de Administração da **CONTRATANTE**.

**9.1.3.** A **CONTRATADA** deverá registrar no Diário de Obras, obrigatoriamente, as seguintes informações, sob supervisão da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**:

**9.1.3.1.** Identificação dos serviços, inclusive número do Contrato;

**9.1.3.2.** Identificação da **CONTRATADA**;

**9.1.3.3.** Prazos contratuais;

**9.1.3.4.** Data do registro, prazo de execução, dias decorridos e dias restantes, relativamente à execução;

**9.1.3.5.** Atrasos verificados na execução dos serviços;

**9.1.3.6.** Quantidade discriminada de empregados por categoria profissional;

**9.1.3.7.** Eventuais condições meteorológicas prejudiciais à execução dos serviços;

**9.1.3.8.** Ocorrência de fatos excepcionais e imprevisíveis estranhos à vontade da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, que alterem, substancialmente, as condições de execução dos serviços;

**9.1.3.9.** Consultas dirigidas à Fiscalização, bem como pedidos de providências e as respostas obtidas;

**9.1.3.10.** Data de início e término de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado;

**9.1.3.11.** Acidentes ocorridos no decorrer da execução dos serviços;

**9.1.3.12.** Respostas às interpelações da Fiscalização;

**9.1.3.13.** Eventual omissão ou atraso de providências a cargo da **CONTRATANTE** ou escassez de material, que dificulte o andamento dos serviços;

**9.1.3.14.** Realização de testes, bem como os resultados obtidos;

**9.1.3.15.** Serviços extras aprovados e realizados;

**9.1.3.16.** Faturas entregues à fiscalização;

**9.1.3.17.** Outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**9.1.4.** A **CONTRATADA** deve manter o Diário de Obras atualizado e à disposição da **FISCALIZAÇÃO**, até a expedição do Termo de Recebimento Definitivo, quando deverá ser encerrado e entregue à **CONTRATANTE**.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA– DA SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1.** A **CONTRATADA** poderá subcontratar serviços até o percentual de 10% (dez por cento) do valor global da obra, nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº. 123/2006.

**10.1.1.** Na execução do objeto contratual, será admitida a subcontratação tanto do fornecimento dos insumos e equipamentos quanto da execução dos serviços;

**10.1.2.** No caso de climatização, só serão aceitas empresas autorizadas pelo fabricante do equipamento com o objetivo de assegurar a qualidade da instalação e a garantia dada pelo fabricante.

**10.2.** Não poderão ser subcontratados, empresas ou profissionais:

**10.2.1.** Que tenham sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de quaisquer dos membros ou servidores (quando este for ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento) da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

**10.2.2.** Que tenham sido responsáveis técnicos pela elaboração de projetos referentes à obra objeto deste Contrato.

**10.3.** Os pedidos de subcontratação de serviços especializados somente serão concedidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, se atenderem às seguintes condições:

**10.3.1.** Apresentarem, com, no máximo, 30 (trinta) dias de antecedência para o início dos serviços, documento indicando a empresa que será **SUBCONTRATADA** para a execução do serviço especializado. Tal documento deverá discriminar o nome da empresa, endereço, CNPJ e os serviços que serão a elas subcontratados;

**10.3.2.** Demonstrarem que as empresas a serem **SUBCONTRATADAS** possuem, em seu quadro permanente de pessoal, profissionais de nível superior detentores de acervo técnico por execução de obra ou serviço de características semelhantes àquelas do serviço a subcontratar. A demonstração se dará mediante a apresentação de cópia de documentos como: Carteira de Trabalho, Livro de Registro de Funcionários ou Contrato Social em caso de sócio da empresa;

**10.3.3.** Comprovarem a qualificação técnica exigida, pela apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – C.A.T., emitidas pelo CREA/AM ou CAU/AM. A substituição de quaisquer desses profissionais só será admitida, em qualquer tempo, por outros que detenham as mesmas qualificações exigidas e por motivos relevantes, justificados pela **CONTRATADA**, sob avaliação da **CONTRATANTE**;

**10.4.** As empresas **SUBCONTRATADAS** apresentadas pela **CONTRATADA**, no prazo mencionado no subitem 10.3.1 desta Cláusula, devem comprovar à **FISCALIZAÇÃO**, que:

**10.4.1.** Possuem os documentos relativos à habilitação jurídica, conforme dispõe o Edital do certame, para os serviços que lhes forem subcontratados;

**10.4.2.** Estão em situação fiscal e trabalhista regular, conforme dispõe o Edital do certame;

**10.4.3.** Possuem os documentos relativos à qualificação técnica e econômico-financeira conforme dispõe o Edital do certame, para os serviços que lhes forem subcontratados;

**10.5.** A **CONTRATANTE** analisará caso a caso as empresas ou profissionais apresentados pela **CONTRATADA** e as autorizará por escrito. Eventuais recusas a nomes de empresas serão devidamente justificadas pela **CONTRATANTE**, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do pedido;

**10.6.** As empresas e profissionais indicados pela **CONTRATADA** e aceitos pela **CONTRATANTE** serão os Responsáveis Técnicos – RT pelos serviços relativos às parcelas da obra para as quais tiverem sido subcontratados, devendo providenciar, antes do início do serviço, o recolhimento de ART (referente ao Contrato firmado entre **CONTRATADA** e **SUBCONTRATADA** e em nome do profissional responsável pela execução) junto ao CREA/AM ou CAU/AM e apresentar cópias à **CONTRATADA**, que as repassará à **CONTRATANTE**;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**10.7.** Os serviços passíveis de subcontratação não isentarão a **CONTRATADA** de sua responsabilidade contratual e legal por eles perante a **CONTRATANTE**;

**10.8.** Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os projetos e/ou as especificações, serão impugnados pela Fiscalização, cabendo à **CONTRATADA** todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade;

**10.9.** Os serviços a cargo de diferentes empresas **SUBCONTRATADAS** serão coordenados pela **CONTRATADA**, sob a supervisão da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, de modo a proporcionar o andamento harmonioso da obra, em seu conjunto, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**11.1.** O recebimento provisório acontecerá mediante conferência e aprovação da última medição da obra **CONTRATADA**. Sendo assim, confeccionado o Termo Provisório de Entrega de Obra.

**11.2.** O Recebimento dos serviços estabelecidos no edital será efetuada por um servidor lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, a ser designado, sendo a ele incumbido a tarefa de verificar a qualidade do serviço executado e o atendimento dos padrões e normas requeridos para a intervenção, in loco, formulando Termo de Recebimento Definitivo de Obra, após o período de 90 dias a contar da data de emissão do termo provisório.

**11.3.** Quando a **CONTRATANTE** julgar que o estado geral dos serviços justifique o recebimento provisório, promoverá a vistoria necessária e lavrará o Termo Circunstanciado, observando que os materiais fornecidos e/ou os serviços executados pela **CONTRATADA** que não satisfizerem as condições de recebimento serão recusados pela fiscalização da Administração e deverão ser substituídos e/ou refeitos. Para tanto, a critério da Administração, poderá ser prorrogado o prazo de entrega fixado no objeto;

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa:
  1. Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
  2. Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;
  3. Além das multas previstas na letra “d”, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas abaixo:



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**TABELA 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

**TABELA 2**  
**INFRAÇÃO**

<b>Item</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter Especial, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer dolosamente informação inverídica de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Utilizar material, peça ou equipamento condenado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências da <b>CONTRATANTE</b> para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06

**Para os itens a seguir, DEIXAR DE:**

12	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
14	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
15	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



16	Fornecer EPI aos seus empregados, quando exigido, e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
18	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO; por serviço e por dia.	02
19	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
20	Indicar e manter, durante a execução do Contrato, o(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) pela obra; por dia.	04
21	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

d.1.1.) Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

d.2.) O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a **CONTRATADA** a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s);

**TABELA 3**

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	brando e eventual
2	0,30%	mediano e eventual brando e intermitente
3	0,50%	grave e eventual brando e constante
4	0,70%	mediano e intermitente
5	0,90%	grave e intermitente mediano e constante
6	1,10%	grave e constante

d.2.1.) Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

d.2.1.1.) Brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução dos serviços no mês;

d.2.1.2.) Mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês;

d.2.1.3.) Grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês.

d.2.2.) Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

d.2.2.1.) Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;

d.2.2.2.) Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;

d.2.2.3.) Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



d.3.) Além das multas acima citadas, segue abaixo tabelas com multas e notificações de atrasos de obras conforme portaria interministerial nº 424/2016;

**NÍVEL I**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>CUSTO UNITÁRIO</b>
Reanalise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapto ou repetido	R\$ 3.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira.	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no art 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016 e suas alterações	R\$ 4.500,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 800,00
Alteração de cronograma	R\$ 1.700,00
Atualização de orçamentaria	R\$ 2.400,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00
Reprogramação de remanescente de obra	R\$ 5.000,00
Alteração de escopo	R\$ 9.000,00

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida na Lei 14.133/2021

**12.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.9.** O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.11.** Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora **CONTRATANTE**, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E GARANTIA DE OBRA**

**13.1.** A **CONTRATADA** deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir de seu recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**;

**13.2.** A **CONTRATADA** deverá apresentar, na data de lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, por um período mínimo de 03 (três) anos, e declaração de garantia dos serviços executados e bens materiais empregados, por um período mínimo de 05 (cinco) anos. As declarações mencionadas terão vigência a contar do recebimento definitivo do objeto do Contrato pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte;

**13.3.** Responderá, igualmente, a **CONTRATADA**:

**13.3.1.** Pelos riscos e danos que venham a sofrer os materiais por ela adquiridos para a execução da obra, ainda que depositados no canteiro de obras, até o recebimento provisório do objeto;

**13.3.2.** Pelos danos causados a terceiros pelos seus empregados, prepostos, bem como por subempreiteiros e por fornecedores, verificados ao longo da execução do objeto;

**13.3.3.** Pelos defeitos e imperfeições verificadas no objeto, não relacionados com a segurança e solidez, tais como trincas, rachaduras, fissuras, infiltrações, dentre outras, pelo período de:

**13.3.3.1.** 90 (noventa dias), a contar do recebimento definitivo da obra, nos casos de vícios aparentes e de fácil constatação;

**13.3.3.2.** 90 (noventa dias), a contar da verificação do defeito, no caso de vícios ocultos.

**13.3.4.** Pelos danos causados pelo fato do produto, a contar da verificação do dano.

**13.4.** O prazo para reparação dos defeitos, danos, riscos e imperfeições, ressalvadas as hipóteses do subitem 10.3., será definido pela **CONTRATANTE**, considerando a gravidade, complexidade e potencialidade de risco dos prejuízos ocorridos;

**13.5.** Durante o período de garantia a **CONTRATADA** deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em contratação realizada pela Prefeitura Municipal, atender aos chamados da **CONTRATANTE** no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DESPESAS RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE OBRA COMO CUSTOS DIRETOS**

**14.1.** Descrição e Inclusão na Planilha Orçamentária: Todas as despesas relacionadas à administração local de obras, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção de equipamentos e materiais de obra, que possam ser quantificadas e discriminadas através da contabilização de seus componentes, devem ser consideradas como custos diretos da obra e devem ser incluídas detalhadamente na planilha orçamentária.

**14.2.** O **CONTRATANTE** será responsável por fornecer informações precisas e oportunas relacionadas a essas despesas, garantindo sua inclusão adequada na planilha orçamentária. Por sua vez, o Contratado deverá analisar minuciosamente tais despesas e assegurar sua correta contabilização.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



**14.3.** Quaisquer alterações nas despesas mencionadas devem ser acordadas por escrito entre as partes **CONTRATANTES**, através de um processo formal de alteração contratual.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** A Fiscalização da execução dos serviços será feita por servidor devidamente designado (a) pela **CONTRATANTE**, incumbindo-lhes consequentemente a prática de todos os atos próprios ao exercício deste mister, definidos no Edital de Licitação e nas especificações dos serviços, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Contrato e na legislação em vigor, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste.

**15.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnicos e administrativos do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**15.2.1.** O Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo serão responsáveis por auxiliar o gestor do contrato designado, emitir parecer final quanto ao aceite dos serviços, nos termos da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A existência e atuação da Fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade única e integral da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **FISCALIZAÇÃO**, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho das suas atividades.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REVISÃO E DO REAJUSTE**

**16.1.** Proceder-se-á à revisão do Contrato a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível,

porém de consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas;

**16.2.** A **CONTRATADA**, quando for o caso, deverá formular à **CONTRATANTE** requerimento para a revisão deste Contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do Contrato;

**16.3.** Junto com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do Contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

**16.4.** A **CONTRATANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do Contrato, formalizada por termo aditivo e publicado o seu extrato na Imprensa Oficial;

**16.5.** Independentemente de solicitação, a **CONTRATANTE** tem a obrigação de convocar a **CONTRATADA** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, procedendo-se à revisão do Contrato, formalizada de acordo com o item 16.4. desta Cláusula;

**16.6.** O reajuste somente é devido após doze meses da data da apresentação da proposta, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, nos termos da Lei n.º 9.069 de 29/06/1995 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001. Na situação de atraso no cumprimento do objeto por culpa do contratado: se houver aumento do índice, prevalece o vigente na data em





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**



que deveria ter sido realizado o objeto; e se houver diminuição do índice, prevalece o vigente na data em que for executado o objeto;

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

**18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**19. CLÁUSULA DECIMA NONA – DA RESCISÃO**

**19.1.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**19.2.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro do município de Atalaia do Norte/AM, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

ATALAIA DO NORTE/AM, em XX de maio de XXXX.

\_\_\_\_\_  
DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA  
PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE  
**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**CONTRATADA**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML**

---



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Eng.º Civil – CREA nº XXXX

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

.....  
NOME DA TESTEMUNHA  
CPF n.º

.....  
NOME DA TESTEMUNHA  
CPF n.º